



Resistir para colher vida digna

Lutas do MST por alimentação saudável e reforma agrária beneficiam trabalhadores do campo e da cidade

Página 4



ACIDENTES DE TRABALHO:

Cerest e sindicatos realizam campanha preventiva

Página 2



NEGOCIAÇÃO COLETIVA:

participe da luta para melhorar seu salário e condições de trabalho

Página 3

CONTRACS FAZ 33 ANOS**Confederação luta por direitos dos trabalhadores do comércio e serviços**

Da mesma forma que o SECI representa e cuida dos interesses dos empregados do comércio em Ipatinga, há no Brasil uma entidade que organiza os trabalhadores do comércio e serviços, coordenando suas lutas. Essa entidade é a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs). Fundada em julho de 1990, a Contracs representa mais de três milhões de trabalhadores e trabalhadoras, de diversas categorias. Dentre elas estão o comércio, turismo e hotelaria, assessoria, asseio e conservação, domésticas, informais, serviços, cultura, autoescola e outros. O SECI é uma das mais de 220 entidades filiadas à Confederação e participou, inclusive, da fundação do Departamento Nacional dos Comerciantes (DNC), que deu origem à Contracs.

É através da Contracs que os comerciantes têm condições de levar suas demandas para serem discutidas em nível nacional. Um dos exemplos é o trabalho que a entidade faz junto às grandes redes de lojas, como a Lojas Americanas, Cencosud, Marisa, dentre outras. Ao conhecer as características dessas empresas, a Contracs tem condições não só de orientar os sindicatos para negociações mais vantajosas como também de denunciar os desrespeitos para resolver problemas recorrentes em toda a rede no país. E assim, a entidade tem se destacado na sua história, através do trabalho coletivo, praticando um sindicalismo combativo, que defende os direitos existentes e articula lutas para ampliar as conquistas dos trabalhadores. O SECI acredita que é dessa maneira que os trabalhadores do comércio e serviços conseguem melhorar suas condições de vida e trabalho, por isso apoia e parabeniza a Contracs em mais esse aniversário!

**EDUCAÇÃO****SECI tem convênio com escolas e faculdades**

Ao fazer o cartão de sócio do SECI, o(a) comerciário(a) e seus dependentes podem adquirir descontos em instituições de ensino da região. Para isso, é preciso que o cartão esteja atualizado. E, para usar o convênio com faculdades, o(a) sócio(a) ou o seu dependente deve pegar uma autorização na sede do Sindicato (Av. 28 de Abril, 621, sala 302, Centro, Ipatinga). Cada instituição oferece um percentual de desconto que pode chegar até a 20% no valor da mensalidade. Confira as instituições conveniadas:

Colégio Adventista de Ipatinga	(31)3821-2420 (31)99188-1111	R. Ouro Preto, 283, Centro, Ipatinga/MG
Colégio John Wesley	(31)3822-1330	R. Mariana, 88, Centro, Ipatinga/MG
Cursos da Associação Missão Ômega (AMO)	(31)3827-0779	Av. Macapá, 520, Veneza, Ipatinga/MG
Faculdade Anhanguera - Pitágoras	(31)2136-2024 (31)216-2052	R. Jequitibá, 401, Horto, Ipatinga/MG
Faculdade Única Vale do Aço	(31)2109-2300 0800724 2300	R. Salermo, 299, Bethânia, Ipatinga/MG
Faculdade Uninter - Centro Universitário	(31)3826-4107	Av. Minas Gerais, 440, Jardim Panorama, Ipatinga/MG
Fadipa - Faculdade de Ipatinga	(31)3822-8808	R. João Patrício de Araújo, 195, Veneza I, Ipatinga/MG

CARTÃO DE SÓCIO DO SECI

Além dos descontos em instituições de ensino, o cartão de sócio do SECI dá acesso a convênios em outras áreas e benefícios como o Clube dos Comerciantes e a Casa de Praia do SECI, em Guarapari (ES). Para mais informações, acesse o site www.seci.com.br ou ligue no (31)3822-1240.

Como fazer — Apresentar na sede do SECI os seguintes documentos: RG, CPF, Carteira de Trabalho, o último contracheque (exceto do adiantamento) e comprovante de endereço. Se for Carteira de Trabalho digital, é preciso trazer impressa a página que contém os dados pessoais e o contrato com a empresa. Para incluir dependentes é preciso apresentar o RG ou certidão de nascimento de cada dependente, e a certidão de casamento ou de união estável, se for o caso. Todos os documentos devem ser impressos, não aceitamos fotos em celular, nem por e-mail.

Para renovar — Se o/a empregado/a continua na mesma empresa, basta trazer o cartão de sócio do SECI e o último contracheque impresso.

**TRABALHO NO DOMINGO****Magazine Luíza é multada por descumprir Convenção Coletiva**

Utilizar a mão-de-obra dos empregados no domingo, sem autorização do SECI, pode trazer prejuízo para a empresa. Prova disso é a ação judicial que o Sindicato ganhou contra o Magazine Luíza S/A. A empresa convocou seus empregados para trabalharem em um domingo que antecedeu o dia dos namorados, dia 10/06/2018. O trabalho nesse dia era ilegal porque contrariava as normas previstas em duas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) assinadas pelo SECI. Uma dessas CCTs é a que regulamentou o horário nas vésperas de datas comemorativas. Segundo esse documento, a jornada de trabalho não poderia ultrapassar a que tinha sido negociada. Outra norma é que não poderia haver trabalho aos domingos no comércio local. A empresa alegou que havia feito acordo diretamente com os empregados. No entanto, a Convenção Coletiva principal do comércio diz que os acordos, para terem validade, precisam ter a concordância do Sindicato, o que não ocorreu. Dessa forma, a Justiça do Trabalho de Coronel Fabriciano condenou a empresa ao pagamento da multa prevista na CCT, de um piso salarial por empregado prejudicado, calculado com juros e correção monetária. Além de ter que pagar indenizações a doze empregados e multa ao SECI, a empresa teve que arcar com custas judiciais e honorários advocatícios. Por esse motivo, o SECI alerta aos empresários que desrespeitar o direito dos trabalhadores pode sair muito caro.

A PREVENÇÃO É UMA RESPONSABILIDADE QUE DEVE SER COMPARTILHADA**Atividades do Cerest, com participação dos sindicatos, abordam saúde dos trabalhadores**

Durante este mês o Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (Cerest) realiza várias ações de conscientização para prevenir acidentes de trabalho. Os sindicatos, dentre eles o SECI, estão envolvidos nessas atividades que incluem panfletagens e orientações aos trabalhadores, no comércio, Prefeitura e portarias da Usiminas. Uma das atividades centrais da campanha acontece no sábado, 15/07, de 8h às 11h, no Parque Ipanema. O Cerest e os sindicatos estarão no local para passar orientações e tirar dúvidas dos trabalhadores sobre como se proteger contra acidentes e doenças do trabalho. De acordo com dados fornecidos pelo Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho, que foi desenvolvido e é mantido pelo Ministério Público do Trabalho em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho, somente no período de 2021 a 2022, na cidade de Ipatinga, foram registrados 2.795 acidentes de trabalho com abertura de Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT's).

Sobre o CEREST:

O Cerest Regional, como componente estratégico da Rede de Atenção à Saúde, tem por atribuição prestar apoio técnico-pedagógico especializado em saúde do trabalhador às equipes técnicas de todos os pontos da rede SUS, orientando-as em suas práticas de atenção à saúde com vistas a identificar a relação do adoecimento com o trabalho e no desenvolvimento de ações de promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde dos (as) trabalhadores (as) em seu território.

O que faz?

- Presta assistência especializada aos trabalhadores acometidos por doenças e/ou agravos relacionados ao trabalho;
- Realiza promoção/prevenção, proteção e acompanhamento da recuperação da saúde dos trabalhadores;
- Investiga as condições do ambiente de trabalho em conjunto com a Vigilância Sanitária.

Quem é atendido?

- Trabalhador encaminhado ao setor através dos serviços de saúde, sindicatos, empresas, entre outros;
- Trabalhador formal;
- Trabalhador autônomo;
- Trabalhador informal;
- Trabalhador desempregado ou aposentado acometido de doença relacionada ao trabalho.

CEREST - REGIONAL IPATINGA

Rua Joaquim Nabuco, 317, Cidade Nobre - Ipatinga - MG
Tel: (31)3826-8581 - E-mail: cerestipatinga@yahoo.com.br
com.br - Instagram: @cerestipatinga



Quer melhorar suas condições de trabalho e salário?

PARTICIPE DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA!

Se tem uma coisa que comerciário entende é de negociar. Afinal, a negociação é a essência do comércio, principalmente daqueles que trabalham com vendas. Mas quando o assunto é negociar com o patrão, pode ser mais complicado para o trabalhador, já que ele fica com receio de colocar seu emprego em risco. É aí que entra um dos papéis fundamentais do Sindicato. Ser o porta voz dos trabalhadores junto a seus patrões. Individualmente, o trabalhador tem pouca força. Já organizado em um Sindicato, junto com outros comerciários, é mais forte. Então é a partir do SECI que os comerciários de Ipatinga têm condições de buscar, todos os anos, aumento salarial, ampliação de benefícios e manutenção de direitos conquistados. Esse processo é chamado de negociação coletiva e a deste ano está prestes a começar! Veja como funciona e participe!

O que é negociação coletiva?

É um período em que o Sindicato se reúne com a entidade que representa os patrões para negociar melhorias nas condições de trabalho, aumentos salariais e ampliação dos direitos trabalhistas. Ou seja, o SECI reivindica itens que vão além do que já garante a CLT, que é a legislação trabalhista brasileira, e a Constituição Federal. Apesar desse período ser conhecido também como campanha salarial, o SECI não adota esse nome já que a sua negociação ultrapassa a questão financeira, incluindo cláusulas sobre saúde, jornada, relações de trabalho, dentre outras.



Assembleia: início da negociação coletiva

Para começar a negociação, o Sindicato precisa saber primeiro o que os trabalhadores querem reivindicar dos patrões. E ninguém melhor do que os próprios comerciários para falar quais são as suas necessidades. Por isso, o SECI convoca os empregados do comércio de Ipatinga para uma assembleia, que é uma reunião entre os trabalhadores e o Sindicato.



Essa assembleia será no dia 07 de julho de 2023 (sexta-feira), no SECI. Para facilitar a participação, a diretoria do SECI estará disponível para atender os trabalhadores de **8h às 18h**.

Pauta de reivindicações

Nessa assembleia os comerciários trazem suas propostas de tudo o que eles acham que precisa melhorar no seu local de trabalho. Ou seja, quais benefícios devem ser incluídos, qual o percentual de reajuste que os salários devem ter, questões relacionadas à jornada, à saúde, dentre outras. Essa lista de propostas é chamada de Pauta de Reivindicações. Assim que é aprovada, essa pauta é entregue aos representantes dos patrões. Isso acontece geralmente no final de julho. A partir daí começam as negociações.



Contraproposta

Após receberem a Pauta de Reivindicações do SECI, o sindicato patronal responde com uma contraproposta. Esse documento oficializa o que os patrões pretendem ou não conceder de avanços à categoria. Após enviar essa contraproposta, são agendadas as reuniões de negociação.

Data-base

Há uma data para os comerciários de Ipatinga terem seus salários e benefícios reajustados. Essa data é primeiro de outubro. O ideal seria que as negociações fossem concluídas até esse dia. Porém, geralmente esse processo demora porque os



patrões nunca querem dar o que os trabalhadores reivindicam. Quando isso ocorre, os sindicatos fazem um pacto de estender a data-base. Com isso os direitos que estão em vigor continuam valendo enquanto a negociação não é finalizada. E, quando a CCT é assinada, os direitos passam a contar de forma retroativa, a partir de 1º de outubro.



Convenção Coletiva: resultado da negociação

Quando o SECI e os representantes dos patrões chegam a um acordo, é firmada a nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Esse documento tem força de lei e, no caso do SECI, pode valer de um a dois anos. Quando é necessário alterar alguma cláusula antes de acabar a vigência da CCT, os sindicatos se reúnem e fazem um documento que se chama Adendo ou Termo Aditivo. Tanto as CCTs quanto os Termos Aditivos ficam disponíveis, na íntegra, no site do Sindicato (www.seci.com.br) no link Acordos.



Papel dos trabalhadores na negociação

Uma categoria que demonstra a sua força, apoiando o seu Sindicato, tem mais chances de conquistar avanços na negociação. Por isso, o SECI sempre envolve e reforça a importância da participação do comerciário em todas as etapas da negociação coletiva. Até porque o Sindicato não decide sozinho. A entidade pode até estudar a melhor estratégia, brigar, lutar, mas a sua força é maior se os trabalhadores estiverem juntos. Além disso, se a categoria não estiver unida, organizada no Sindicato, os avanços conquistados na negociação só ficarão no papel. Então, comerciário e comerciária, participem do Sindicato e acompanhem a negociação coletiva. Juntos somos fortes!



Por uma alimentação saudável

MST mostra como agricultura familiar e reforma agrária são importantes para trabalhadores brasileiros do campo e da cidade

Os produtos da agricultura familiar estão na mesa dos brasileiros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% dos alimentos consumidos no país são produzidos por pequenos agricultores que plantam para abastecer a família e vendem o que sobra da colheita. Dentre essas famílias de produtores, estão milhares de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como é o caso de Vânia Maria de Oliveira (foto abaixo), do setor de produção do assentamento Liberdade, localizado no município de Periquito (MG). Ela explicou os benefícios da produção agroecológica e quais os desafios que o MST tem enfrentado para continuar produzindo comida de verdade para os brasileiros.



Assentamento Liberdade | MST

Investir em quem põe comida no prato dos brasileiros

Hortalças, frutas, mandioca, milho, leite, ovos... É variado o cardápio de alimentos produzidos nos assentamentos do MST. Os produtos do Movimento, feitos sem destruir o meio ambiente, sem agrotóxicos e sem exploração do trabalho, além de alimentar as famílias assentadas, abastecem várias escolas estaduais e municipais da região, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Vânia, são políticas públicas como essa que fortalecem a agricultura familiar. "Produzir alimentos saudáveis com preço justo para que as pessoas tenham acesso a esse alimento. Através das feiras, dos armazéns do campo, que temos construído por esse Brasil afora, para também comercializar nossos produtos, grande produção de alimentos para doação. Durante o período da pandemia o MST fez expressiva doação de alimentos e isso acontece permanentemente no nosso Movimento", destaca Vânia. Apesar de todo esse trabalho para oferecer comida de verdade à população brasileira, gerando emprego e renda para o povo do campo, em toda a sua história



Assentamento Liberdade | MST

o Movimento tem encontrado diversas dificuldades. Uma delas é a falta de investimento na agricultura familiar. O Plano Safra 2022/2023, que previa como os recursos seriam aplicados na agricultura até junho deste ano, só reservava 15,7% de todo o recurso para a agricultura familiar. Enquanto isso, a outra parte dos recursos, mais de R\$287 bilhões, foi destinado ao agronegócio¹.

O agro não é pop

É por isso que Vânia afirma que a sociedade brasileira carrega o agronegócio através dos impostos. "Cada semente, cada grão de terra preparado, cada máquina, tudo o que o agronegócio produz é com financiamento público". Apesar de toda essa contrapartida, o agronegócio não está preocupado em contribuir para acabar com a insegurança alimentar que afeta atualmente 33 milhões de pessoas no Brasil. "Adianta ser o maior produtor de grãos, um dos maiores produtores de carne e o povo brasileiro ficar escasso de alimentação, com tanta gente passando fome? Então, esse modelo que está instalado, chamado de agronegócio, é um modelo devastador, que eleva o PIB e produz commodities para tratar das vacas dos europeus, enquanto o povo brasileiro passa necessidade de alimentos", explica a trabalhadora rural.

Embora seja responsável por quase 25% do PIB brasileiro, o agronegócio, segundo Vânia, tem se mostrado como um modelo inviável, porque a sua produção tem destruído os recursos naturais, além de contaminar a água e o solo e envenenar a alimentação com o uso de agrotóxicos. Tudo isso porque o seu objetivo principal é o lucro.

Ocupar terras improdutivas é diferente de invadir

Esse modelo de agronegócio também é o que impede a democratização da propriedade da terra no Brasil. De acordo com o Censo Agropecuario divulgado pelo IBGE em 2019², quase metade de toda a área agrícola do país (47,6%) é ocupada por apenas 1% das propriedades. "Esse 1% são de empresas transnacionais e grandes latifúndios, parte deles inclusive improdutivo", destaca Vânia. É por isso que uma das principais lutas do MST é pela democratização da propriedade de terra no Brasil e pela reforma agrária. Mas esse assunto costuma ser mal interpretado por grande parte da população.

Membro da Coordenação Nacional do MST, João Paulo Rodrigues, disse em entrevista ao Programa Entre Vistas, da Rede TVT³, que o Movimento não tem em sua agenda a ocupação de fazendas produtivas. "Os



Brenda Baleiro | MST

agricultores que têm produção, respeitam o meio ambiente e os direitos trabalhistas não devem se preocupar, porque esse clima de medo que a direita tenta criar é mentira". Ele explicou que o MST faz ocupação e não invasão. A ocupação é um jeito de denunciar o latifúndio, que são as terras improdutivas. Segundo ele, é a forma do MST fazer luta para cobrar um direito previsto no Artigo 184 da Constituição Federal. Esse artigo diz que a União deve desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Inclusive, quando essa desapropriação acontece o antigo proprietário recebe uma indenização pelas terras.

A reforma agrária possibilitaria, nesse sentido, que mais trabalhadores rurais tivessem terra para trabalhar. "Cada família assentada no Brasil gera cinco empregos diretos e três indiretos. Esse é o valor real de quando se faz um assentamento no Brasil", afirma o coordenador do MST.

Criminalização dos lutadores do povo

"Precisamos trazer esse direito Constitucional para o povo brasileiro, principalmente porque há tantas terras ociosas e cinco milhões de pessoas sem terra nesse país", afirma Vânia. No entanto, o MST ao invés de receber apoio às suas lutas pelo direito Constitucional à terra e à alimentação saudável, tem sido alvo de perseguição. Tanto que está em andamento no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o MST. Para a trabalhadora rural, embora seja uma tentativa de criminalizar o Movimento, essa CPI tem sido importante na perspectiva de levar o debate da urgência da reforma agrária para a sociedade brasileira. Ou seja, tem sido um espaço onde o MST tem colocado quais são os seus objetivos e, assim, pode mostrar que a sua luta é pelo que é importante para o povo brasileiro: alimentação saudável, preservação do meio ambiente, distribuição de renda, geração de emprego e crescimento econômico no país. Quem compartilha desses mesmos desejos para o povo brasileiro deveria procurar conhecer mais o MST, antes de tirar suas conclusões. Em 25 de julho é celebrado o Dia do/a Trabalhador/a Rural e Dia Internacional da Agricultura Familiar. Embora o Movimento não tenha muito a comemorar, essa data reforça a importância de todos os trabalhadores e trabalhadoras valorizarem quem produz o seu alimento, apoiando suas lutas.



Juliana Barbosa | MST

¹ Dados disponíveis em: <https://jornalistaslivres.org/e-preciso-financiar-quem-realmente-produz-alimentos/>

² Dados disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/25/censo-agropecuario-mostra-aumento-da-concentracao-de-terra-no-brasil>

³ A entrevista na íntegra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bcoznGL-s>